

## DEPENDÊNCIA\*

Fernando Correa Prado  
Marina Machado Gouvea

Em todos os livros de história do Brasil aparece o famoso quadro “Independência ou morte”, também conhecido como “O grito do Ipiranga”, de Pedro Américo.

Nesta pintura, exposta no Museu do Ipiranga, desponta no centro a figura de Dom Pedro I, sobre um cavalo branco e com a espada em riste. Em volta dele estão inúmeros cavaleiros, que lhe copiam o gesto, e alguns civis, que levantam seus chapéus.

Naquele momento – dia 7 de setembro de 1822 –, Dom Pedro I teria gritado “Independência ou morte!”, selando o marco final do Brasil colonial. O país deixava de ser uma colônia de Portugal para se constituir numa nação formalmente independente.

Até hoje ninguém sabe se o grito existiu ou não – dizem que, na verdade, durante esta viagem de Petrópolis a São Paulo, Dom Pedro passou mal do estômago, tendo que parar repetidas vezes nas margens do rio Ipiranga... Mas isso não vem ao caso.

O importante aqui é a seguinte questão: será que o Brasil, assim como toda a América Latina, pode ser considerado de fato “independente” a partir das proclamações de independência?

Esta mesma pergunta foi feita por diferentes classes sociais desde o primeiro momento da independência política formal. E até hoje várias forças políticas continuam utilizando a categoria de *dependência* para tratar das relações que a América Latina trava com o resto do mundo.

Ao longo de nossa história, a própria *dependência* do Brasil foi vista de muitas formas, abrindo uma ampla controvérsia em torno desta categoria – e o mesmo poderia ser dito para toda a América Latina. Militares chauvinistas, latifundiários descontentes com o comércio exterior, industriais que utilizam tecnologia externa, intelectuais em busca de interpretações sobre o sentido e a formação nacional, camadas da pequena burguesia que almejam o chamado desenvolvimento autônomo do país e, também, a ampla maioria dos partidos e movimentos de esquerda: todas estas forças políticas, que representam diferentes projetos de classe, de uma forma ou outra trataram – e tratam ainda hoje – de analisar a dependência e declaram a pretensão de superá-la.

Pois bem, é na disputa dentro da esquerda pela caracterização e pelo significado político de nossa dependência que se insere Ruy Mauro Marini, preocupando-se não apenas em conhecer a realidade latino-americana, mas em conhecê-la para transformá-la.

Durante as décadas de 1950 e 1960, ganhou enorme destaque no país o debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Neste contexto, foi muito comum identificar a *dependência externa* como uma das causas do subdesenvolvimento – sendo este definido pela pobreza extrema, pela desigualdade interna, pela falta de soberania nacional, entre outras características sociais latino-americanas.

---

\* Texto escrito para o verbete sobre “Dependência” para o documentário *Ruy Mauro Marini e a Dialética da dependência*, produzido pela Expressão Popular e Escola Nacional Florestan Fernandes.

Tal visão da dependência como um elemento externo esteve presente em duas importantes forças políticas daquele período histórico, ambas com posturas reformistas, embora com objetivos muito diferentes. Por um lado, fazia parte das análises desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que defendia reformas estruturais e a ruptura da dependência externa para superar um desenvolvimento voltado “para fora” e criar um desenvolvimento voltado “para dentro” ou “autônomo”, baseado na industrialização via substituição de importações, sob a liderança da burguesia nacional e com forte participação estatal – e ainda capitalista. Por outro lado, na análise da principal força de esquerda do Brasil naquele período – o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, a dependência era vista como um fator externo, relacionado com o imperialismo norte-americano, do que se derivava a necessidade de uma aliança tática do proletariado com a burguesia nacional contra o imperialismo; o objetivo era o socialismo, mas, segundo esta visão, a revolução no Brasil ainda não seria socialista, e sim anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Essas duas posturas sobre a dependência acabavam tendo implicitamente um ponto em comum: a dependência externa impediria o pleno desenvolvimento capitalista do país, de modo que haveria um capitalismo insuficiente, que manteria relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta visão, o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento capitalista, o imperialismo como uma relação entre nações e a dependência como um fator externo.

Esta era a visão predominante na esquerda durante as décadas de 1950 e 1960. Isso começa a mudar após a Revolução Cubana de 1959, que mostrou a possibilidade da revolução socialista num país latino-americano, trazendo à tona uma questão que passaria a orientar a esquerda revolucionária: em nosso continente, a efetiva independência somente poderia ser conquistada com o socialismo.

Tendo se formado teoricamente e começado a atuar politicamente nos anos 1950/60, Marini entra no debate sobre o desenvolvimento capitalista a partir da crítica às estratégias reformistas. Já ao final dos anos 1960 e início dos 1970, considerando o peso que a questão da dependência tinha na caracterização da região, Marini começa a trabalhar sistematicamente sobre o tema, apontando para uma leitura distinta sobre a realidade latino-americana.

É bom lembrar que na América Latina se vivia um momento de ascensão de luta de massas, que no Brasil havia sido interrompido pelo golpe militar de 1964, mas que, desde a Revolução Cubana, seguia presente em outros países, em particular no Chile, com a chegada da Unidade Popular e de Salvador Allende ao governo em 1970, fato que colocou novamente em pauta a transição ao socialismo. Neste contexto, Marini disputa dentro da esquerda o significado e a caracterização do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da dependência da América Latina.

Desde uma perspectiva marxista-leninista e a partir de análises da realidade latino-americana, Marini criticou a possibilidade de uma aliança de classe entre a burguesia e os trabalhadores, pois, em sua opinião, tal aliança levaria apenas ao desenvolvimento capitalista, que é também o desenvolvimento de todas as contradições deste sistema. Na sua visão, *a dependência não é apenas fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surge igualmente da especificidade das relações internas de exploração.*

Na perspectiva de Marini – e de parte da esquerda revolucionária daquele período –, *o capitalismo latino-americano não podia ser visto como um capitalismo ainda insuficiente.*

Aqui o desenvolvimento capitalista esteve marcado pelo passado colonial, pela inserção subordinada da ex-colônia na divisão internacional do trabalho e pelas transformações qualitativas que esta sofre com a emergência do imperialismo como fase monopolista do desenvolvimento capitalista. Isso não significava falta de capitalismo, mas sim a formação de um *capitalismo dependente*.

Portanto, a dependência não é apenas a face do imperialismo vista desde a América Latina. Sem abandonar a relação entre *dependência* e *imperialismo*, Marini se dispõe a analisar o papel da região no desenvolvimento capitalista em escala mundial, em suas determinações internas e externas. O aprofundamento das relações capitalistas na Europa nos séculos XVIII e XIX contou com um importante fluxo de alimentos e matérias-primas vendidos abaixo de seu valor a partir da América, fator que teria sido essencial para o rebaixamento do valor da força de trabalho e para a predominância de extração de mais-valia relativa dos trabalhadores europeus. Enquanto isso, na América Latina, por volta de 1840 e já na qualidade de nações formalmente independentes, configura-se a dependência. Conforme aponta em *Dialética da dependência*:

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente dependentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas.

O início da fase imperialista, por volta de 1870, ao mesmo tempo modificaria e aprofundaria a dependência. E dentro desta fase, que segue até hoje, ocorreriam ainda novas reconfigurações, como aquelas relacionadas à industrialização na região – que se deu de maneira diferenciada entre os países, reproduzindo uma espécie de divisão regional do trabalho e dando margem ao surgimento do que Marini chamaria de *subimperialismo*. Mas em nenhum país latino-americano a industrialização rompeu a dependência. Após a Segunda Guerra Mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos, a industrialização se deu através de uma integração subordinada dos nossos sistemas produtivos com capital transnacional e voltada para as elites e para a exportação. Hoje em dia, talvez seja possível identificar ainda novas mudanças na forma da dependência.

Para Marini, portanto, a interpretação marxista da dependência deve caracterizar a história latino-americana como parte de um desenvolvimento capitalista com *características particulares* e como fruto e determinante do papel desempenhado pela região no mercado mundial. O fato de conviverem diferentes relações de produção em uma mesma formação social não exclui que a determinação em última instância de sua lógica de reprodução social esteja baseada no capitalismo.

Ao longo de sua obra Ruy Mauro Marini destaca: a) o capitalismo latino-americano como capitalismo específico (*sui generis*); b) a dependência como especificidade deste capitalismo, resultado e determinante do desenvolvimento capitalista em escala mundial e inserido nas distintas divisões internacionais do trabalho, nas quais a América Latina ocupa papel subordinado; c) a dependência, ainda, como transformação interna das relações de produção, também fruto e determinante da reprodução ampliada capitalista, interna e externamente; d) a negação de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia, seja nacional ou

internacional; e) a atualidade da revolução socialista como a única maneira de romper a dependência.

Considerando estes elementos, Marini trata de analisar a *dialética da dependência* com base no método marxista, sem deformar a realidade para encaixá-la num plano teórico pré-concebido e sem deformar o próprio marxismo para dar conta de explicar esta realidade.

O *capitalismo dependente*, portanto, estaria marcado por três elementos, todos interligados e constantemente reconfigurando-se em sua mútua interação: i) pela *transferência de valor* para as economias centrais; ii) pela *superexploração da força de trabalho*; e iii) pela *agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital*, uma vez que a lógica determinante de acumulação nas economias dependentes produz em geral mercadorias destinadas para a exportação e para as elites (hoje em dia, por exemplo, através do agronegócio).

Em suas próprias palavras:

*A dependência, para nós, jamais foi apenas uma relação de subordinação política entre nações capitalistas. A dependência foi sempre entendida como uma forma peculiar de capitalismo, que surge com base na expansão mundial de um sistema que configura diversas formas de exploração. Em nossa perspectiva, o capitalismo dependente sempre apareceu como um capitalismo no qual, dadas as relações de classe que nele se estabelecem – baseadas na superexploração do trabalho –, as contradições se tornam mais agudas, configurando-se como o “elo mais fraco” do sistema. É por isso que, quanto mais desenvolvimento capitalista dependente, mais contradições sociais e, portanto, maiores possibilidades de revolução proletária. Trata-se de possibilidades virtuais, somente atualizáveis mediante o avanço da teoria e da prática revolucionárias.*

Frente a esta caracterização da dependência, é possível agora ver com novo olhar o famoso quadro do “Grito do Ipiranga”. Nele, há um detalhe que quase passa despercebido: no canto esquerdo aparece um negro, escravo, guiando a boiada e olhando a situação entre atônito e indiferente, totalmente à margem de nossa história, na periferia.

Para Ruy Mauro Marini, a verdadeira independência do Brasil, da América Latina e de todos os povos do mundo se dará apenas quando a classe trabalhadora assumir seu protagonismo na história, tomando o poder, pondo fim no capitalismo e construindo o socialismo.